

➤ **RECURSOS HUMANOS**

2. CONCURSO EXTERNO

PROPOSTA RELATIVA AO CONCURSO EXTERNO PARA ADMISSÃO A ESTÁGIO DE POLÍCIAS MUNICIPAIS

Da **DMG/DRH** submetendo à consideração do Executivo Municipal, proposta relativa a abertura de concurso externo para admissão a estágio de polícias municipais, proposta essa que vai em anexo.



BRAGA

DMG / DRH – Departamento de Recursos Humanos

Despacho do Sr. Presidente

Braga, 02 / 03 / 2022

Dr. Ricardo Rio

Informação da Diretora de Departamento de Recursos Humanos

Concordo.

Braga, 18/02/ 2022

ASSUNTO: CONCURSO EXTERNO PARA ADMISSÃO A ESTÁGIO DE POLÍCIAS MUNICIPAIS

Considerando o documento anexo, do gabinete de apoio à Sr.^a Vice-presidente, solicitando o início do procedimento tendente à abertura de concurso para admissão novos agentes da polícia municipal, informo:

1. O mapa de pessoal para o ano de 2022 elaborado nos termos do previsto no art.º 29.º da Lei 35/2014, de 20/06, aprovado em sessão da Assembleia Municipal realizada em 30 de dezembro de 2021, prevê o recrutamento de vinte agentes municipais estagiários;
2. De acordo com o artigo 41.º da Lei n.º 35/2014, de 20/06, que dispõe que os procedimentos concursais das carreiras que ainda não tenham sido objeto de extinção, revisão ou de decisão de subsistência, designadamente as de regime especial e os corpos especiais, onde se inclui a de polícia municipal, se regem, até à sua extinção ou revisão, pela disposições normativas que lhes eram aplicáveis em 31 de dezembro de 2008, sendo aplicável o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas aprovada em Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, bem como no n.º 11 do artigo 28.º da Portaria n.º 83 -A/2009, de 22 de janeiro, redação atual;
3. As disposições normativas aplicáveis até 31 de dezembro de 2008, em matéria de recrutamento e seleção de pessoal, estão definidas no Decreto-lei n.º 204/98, de 11/07, aplicado à administração local pelo Decreto-lei n.º 238/99, de 25/06, sendo que, nos termos do art.º 4.º deste Decreto-lei, compete ao Presidente da Câmara Municipal autorizar a abertura do concurso, e, consequentemente, designar o júri do concurso, fixar o prazo de validade do concurso e fixar o prazo para apresentação de candidaturas;
4. Conforme o previsto no art.º 4.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 03/09, que procede à adaptação à administração autárquica da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, revogada pela Lei n.º 35/2014 de 20/06, mas,

como refere o n.º 3 do art.º 42.º da citada Lei n.º 35/2014, todas as referências ao diploma ora revogado entendem-se feitas para as correspondentes normas desta Lei, o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados, no mapa de pessoal, é precedido de aprovação do órgão executivo;

Face ao exposto, submete-se à informação da diretora de departamento de recursos humanos tendo em vista decisão do Sr. Presidente no âmbito da competência que lhe está atribuída pelo n.º 2 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, no sentido de:

- a. Propor ao órgão executivo municipal, nos termos do art.º 4.º do Decreto-lei n.º 209/2009 de 03/09, a aprovação para a abertura de concurso externo de ingresso para admissão de estagiários, com vista à ocupação de vinte postos de trabalho de agente municipal de 2.ª classe da carreira de polícia municipal, previstos no mapa de pessoal de 2022;
- b. Que o prazo de validade do concurso seja de um ano, conforme art.º 10.º do Decreto-lei n.º 204/98, de 11/07;
- c. Que o prazo para entrega de candidaturas seja de dez dias úteis, conforme art.º 32.º do Decreto-lei n.º 204/98, de 11/07;
- d. Que o júri tenha a seguinte composição:

Presidente:

Vogais efetivos:

Vogais suplentes:

O Coordenador Técnico